

MARINO MONDEK

**BRASIL: EDUCADOR OU RENTISTA?
UM ESTUDO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS
LULA E DILMA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Mauro Titton.
Coorientadora: Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mondek, Marino

BRASIL: EDUCADOR OU RENTISTA? : UM ESTUDO SOBRE A
DÍVIDA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS LULA E DILMA. /
Marino Mondek ; orientador, Mauro Titton, coorientadora,
Eneida Oto Shiroma, 2019.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação. 3. Financiamento da Educação.
4. Dívida Pública. 5. Rentismo. I. Titton, Mauro. II. Oto
Shiroma, Eneida. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Pedagogia. IV. Título.

Marino Mondek

**BRASIL: EDUCADOR OU RENTISTA?
UM ESTUDO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS
LULA E DILMA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2019.

Prof. Patricia Torriglia, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Mauro Titton, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Eneida Oto Shiroma, Dr^a.
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Olinda Evangelista, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. João Luis Abrantes Bertoli, Ms.
Associação Educacional Luterana BOM JESUS/IELUSC

Este trabalho é dedicado à Amanda, Ernesto, Geni e Zé.

Nossa nômade família.

AGRADECIMENTOS

Até para fazermos agradecimentos precisamos de um método. Colocarei aqui apenas as pessoas que contribuíram diretamente para a realização deste trabalho. Inicialmente, tinha a ideia de fazer um agradecimento que citasse as pessoas que contribuíram durante a minha graduação inteira, porém, o limite da página me impede, mas saibam não esquecerei de vocês.

Agradeço em especial à Velha Wanda, por ter me cobrado diariamente a conclusão deste trabalho.

À Amanda, minha companheira de vida, a quem dedico este trabalho.

Ao Ernesto, que conseguimos mudar está realidade no decorrer de nossas vidas.

Agradeço às minhas irmãs, Michele e Milene, aos meus sobrinhos Bernardo e Enrico, e pai Antonino, meu pai, por terem, em algum momento segurado alguma bronca. À Catia, Marcelo, Clara, Zian, Vó e Flávia, por serem uma louca casa de vida própria e confusa, que acolhe e acomoda.

À Lais e Rubem, pelo abrigo, carinho e leituras. À imensa e inigualável família Reis, Nando, Pedrinho, Zeva, Baca, Marilia, Nath e dona Marisa, pelo acolhimento, comida, as ajudas de última hora e os banhos de piscina.

Aos companheiros, João, Arland, Otávio, Jean Peres, Du, Rodolfo, Joce, Maicon, Elaine, André Martins, Betinho, Olinda, Danilo e Lais, pela ajuda na escrita, na pesquisa e em qualquer outro processo mais direto deste trabalho.

À Midiã, Victor, Julia, Lidia, Irineu, Fer, Isaac, Paula, André, Greg, Camilo, Julia, Dió, Ana, Raphinha, Ana, Gabe e Rafael que souberam, por vezes não, aliviaram a pressão destes dias corridos.

À Professora Eneida, pela grande ajuda.

Ao Professor Mauro Titton, pela ajuda, paciência e sacrifício.

Ao Professor Plinio Jr., por ser um farol para a esquerda brasileira, um grande amigo e um dedicado leitor deste trabalho.

À Meiri, que foi mais do que uma revisora, foi a amiga que segurou junto, botou-me para frente, mesmo no momento delicado que passou.

Agradeço e dedico a vocês uma parte da última carta de Che aos seus filhos:

“Sobretudo, sejam sempre capazes de sentir profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Esta é a qualidade mais linda de um revolucionário.”

Deus criou o mundo e o diabo o arame farpado.
(Glauber Rocha, 1964)

RESUMO

Trata-se de um estudo de como se configurou as prioridades da política econômica nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), no que tange à dívida pública e o orçamento destinado à Educação, objetivando demonstrar o impacto da dívida pública no subfinanciamento da educação. Para isso, fizemos um apanhado histórico e levantamento de dados do orçamento da União e seus os desdobramos. Constatamos que os governos petistas deram sequência a priorização do pagamento da dívida pública como parte central da política orçamentária federal. Concluímos, também, que mesmo dentro do pequeno crescimento do orçamento educacional, se privilegiou a transferência de recursos para o setor privado, ao invés do real investimento no aparelho público.

Palavras-chave: Educação; Orçamento; Dívida Pública; Neoliberalismo; Rentismo.

Resumen

Este estudio se refiere a cómo se configuró las prioridades de la política económica de los gobiernos Lula (2003-2010) y Dilma (2010-2016), con respecto a la Deuda Pública y el presupuesto que les correspondía para la Educación, objetivando demostrar el impacto de la Deuda en el déficit de financiación de la educación. Para eso, nosotros hicimos un recordatorio histórico y levantamiento de los datos del presupuesto de la Unión y sus desdoblamientos. Constatamos que los gobiernos petistas dieran secuencia a la priorización del pago de la Deuda Pública como parte central de la política presupuestaria federal. Asimismo, concluimos que incluso en el crecimiento de lo presupuesto educacional, se ha privilegiado la transferencia de recursos para el sector privado, en lugar de hacer una real inversión en el aparato público.

Palabras clave: Educación; Presupuesto; Deuda Pública; Neoliberalismo; Rentismo.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Variação do orçamento da União no período de 2001 a 2018 | 40 |
| Quadro 2: Comparativo da Dívida | 42 |
| Quadro 3: Comparação entre os gastos da União com a Educação e os juros e encargos da Dívida Pública | 46 |
| Quadro 4: Comparação dos gastos dos programas educacionais | 48 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA | 21 |
| 2. A EDUCAÇÃO E O NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL | 24 |
| 2.1 A POLÍTICA NEOLIBERAL NO CONTEXTO HISTÓRICO ATUAL | 27 |
| 2.2 PLANO REAL E DÍVIDA PÚBLICA | 28 |
| 2.2.1 Auditoria da Dívida Pública | 30 |
| 2.3 A POLÍTICA ECONÔMICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA | 31 |
| 3. O ORÇAMENTO, A EDUCAÇÃO E A DÍVIDA | 36 |
| 3.1 UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ORÇAMENTO DA UNIÃO | 38 |
| 3.2 DÍVIDA PÚBLICA | 41 |
| 3.3 EDUCAÇÃO | 43 |
| 3.4 FUNDOS EDUCACIONAIS | 49 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS | 55 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a relação da Dívida Pública com a política e financiamento da Educação pública. Almejamos identificar o impacto das políticas econômicas dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016) nas políticas educacionais, comparando a parcela do orçamento destinada à Dívida Pública àquela destinada à Educação. Desta forma, buscamos analisar os impactos destas políticas de priorização do sistema da Dívida Pública no orçamento da União e suas relações com o subfinanciamento da Educação pública neste período, a fim de desvendar as prioridades da política econômica dos governos petistas e seus desdobramentos na Educação. Para tal, constatamos que os investimentos com a Educação, entre 2002 e 2016, tiveram uma média de 2,57% do total do orçamento da União, enquanto o gasto médio com os encargos e juros da Dívida atingiu o patamar de 12,92%, segundo os dados do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE). Num primeiro momento, esses dados apontam uma priorização do rentismo financeiro em comparação com o volume do orçamento aplicado na Educação pública. Assim, analisamos a dimensão dessa prioridade durante os governos de Lula e Dilma e os impactos dessa relação no subfinanciamento da Educação.

Com objetivo de fazermos essa análise, trouxemos alguns elementos históricos da constituição da Dívida Pública e seus impactos na Educação. Apresentamos, detalhamos e comparamos os dados do orçamento e seus desdobramentos sobre esses temas. Identificaremos, também, as interferências de determinados Organismos Multilaterais na Educação e como essa política impacta o orçamento educacional.

Realizamos este estudo analisando os dados do SIARE, através do SIGA BRASIL PAINÉIS, que “são interfaces gráficas e interativas que permitem análises plurianuais e pesquisas por palavras-chaves na base de dados do SIGA Brasil.” (SIGA BRASIL, s.d.). Os dados específicos da Dívida Pública foram pesquisados nos relatórios, tanto anuais, como mensais da Dívida, disponíveis no portal do Tesouro Nacional, pois é o local em que há mais controle e confiabilidade sobre o tema.

Especificamente com relação à coleta de dados para analisarmos a Dívida, a dificuldade para extração dos mesmos e análise deve ser mencionada. Na ausência de uma maior transparência na divulgação dos números, o caminho foi procurar em bancos de dados acadêmicos para compreender o que havia sido produzido sobre o montante de recursos destinados à Dívida. A ideia inicial era compreender o total do gasto brasileiro com a Dívida, porém, após análise bibliográfica, percebemos que esta tarefa não seria

possível, por conta da falta de acesso aos dados.

Assim, após análise da limitada bibliografia disponível à qual tivemos acesso sobre métodos de cálculo da Dívida, constatamos que uma saída possível seria um cálculo aproximado dos gastos com juros e encargos. Peres (2007) realizou uma pesquisa que propõe um método para analisar a Dívida Pública e as aproximações que podem ser possíveis através dos dados. Sobre esse método, ele aponta duas questões para facilitar a compreensão:

Primeiro, a aplicação do custo médio aos títulos é uma possibilidade de aproximação válida diante da desinformação existente, mas tem limitações. Esse método assume que a integralidade dos títulos federais é utilizada pelo Banco Central em suas atividades. Se tomarmos o saldo líquido das operações compromissadas, ou seja, o resíduo entre as operações de venda com compromisso de compra (as mais utilizadas sob ambiente de ingresso de capitais) e as operações de compra com compromisso de revenda, temos um percentual de utilização de 54,1% dos títulos depositados junto ao BC para o período que vai de março de 2002 e dezembro de 2013. Em segundo lugar, o método aplica do custo médio da dívida a todo estoque de títulos federais. A construção do custo médio da dívida realizado pelo Tesouro Nacional se dá sobre os títulos que são negociados por esta instituição, ou seja, não consideram aqueles repassados ao Banco Central. Assim, a aplicação deste índice aos títulos em posse do BC implica na assunção de composições semelhantes, o que não ocorre. Embora o BC vem buscando minimizar as operações de um dia (overnight) e ampliando a utilização dos títulos de remuneração pré-fixada, os títulos LFT seguem como importantes instrumentos de redução da base monetária de curtíssimo prazo. Ainda não houve a completa ruptura entre a política monetária e fiscal, haja vista a alternância dos investimentos em títulos vendidos pelo Tesouro Nacional e Banco Central, de modo a tornar eficiente a utilização dos percentuais de participação para ambas as instituições. Assim, os fatos concorrem para adequar com mais precisão o custo médio. (PERES, 2017, p. 79-80)

No capítulo “O Orçamento, a Educação e a Dívida” aprofundamos a apresentação desta metodologia de retirada de dados, os motivos que nos levaram às escolhas dessas plataformas, as formas de cálculo e a apresentação de nossas investigações. Vale salientar que, dos dados do Siga Brasil, coletamos as opções com o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) atualizado. Os dados coletados do Tesouro Nacional e do Portal da Transparência foram atualizados com os dados do IPCA obtidos no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para compreendermos o orçamento é fundamental entendermos o que ele representa. O orçamento é a implementação do projeto político de uma determinada classe social. Sua disputa demonstra a correlação de forças das classes sociais na sociedade. Segundo Salvador e Teixeira (2014), o orçamento público, que é a expressão do fundo público, exerce no capitalismo a

[...] função ativa nas políticas macroeconômicas sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na

garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo. Ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de retração da atividade econômica. O fundo público é determinante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 16)

Vale destacar que o orçamento é responsável por grande parte da reprodução da força de trabalho. Para isso, além de haver uma apropriação de mais-valia na produção das mercadorias, “o Estado tem que se apropriar de parcela significativa da mais-valia com a finalidade de assegurar as condições de produção e das condições de reprodução capitalista.” (idem). E continuam, afirmando que a “extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida” (Id. Ibid, p. 17), se torna parte do trabalho excedente, transformando-se em “lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções.” (idem).

A partir dessas questões suscitadas é importante frisar que o orçamento torna-se demasiadamente político, visando o benefício de uma determinada classe social, ou fração de classe, em prejuízo de outra.

1.1 JUSTIFICATIVA

A eleição de Lula, no ano de 2002, gerou expectativa na população brasileira, especialmente em setores políticos de esquerda e nas porções mais marginalizadas. Pela primeira vez na história da Nova República um partido popular e com ampla inserção nas bases sociais chegava ao mais alto cargo da política brasileira. Este cenário nutriu uma esperança de transformação social e de inversão de prioridades do que foram os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Collor de Mello (1990-1992).

E no campo da educação, de modo geral, as perspectivas não eram diferentes. A área era apresentada em seu programa de governo como “Uma nova política educacional” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002). E o programa apresentava-se da seguinte maneira:

Os desafios qualitativos e quantitativos da educação são de tal magnitude que não pode mais haver vacilação quanto à importância estratégica dos investimentos nessa área. Todos os elos educacionais, da creche à pós-graduação, têm de ser verdadeiras prioridades e contar com recursos progressivamente maiores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 46)

E assim, ao longo dos governos petistas, houve diversos programas de incentivo à Educação, tais como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (PLANALTO, 2007), O Programa Universidade Para Todos (Prouni) (BRASIL, 2005), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (BRASIL, 2011), a expansão do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) (BRASIL, 2001), a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) (BRASIL, 1996) e de Valorização do Magistério para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (BRASIL, 2007). Estas, entre outras, políticas culminaram no “Brasil: pátria educadora”, slogan do segundo mandato da presidente Dilma.

No entanto, como demonstrado por Chaves, Reis e Guimarães (2018) houve muito mais uma transferência para “grupos financeiros educacionais” do que propriamente um investimento na educação pública.

Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 19,627 bilhões, em 2003, para R\$ 47,626 bilhões, em 2016, um crescimento de 144,10%. As despesas com o Fies e o Prouni foram elevadas de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016, um crescimento de 1.150,68%. Em 2003, os recursos destinados pelo governo federal à expansão da educação superior privada representavam 7,97% do total de recursos destinados ao financiamento das universidades federais; em 2016, passaram a representar 41,09%. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 6)

Para além das questões orçamentárias, em contradição aos slogans e propagandas, a Dívida Pública foi a verdadeira prioridade política dos governos petistas. Lula, em sua *Carta ao Povo Brasileiro*, documento que serviu para se compromissar com o capital financeiro, diz: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” (LULA, 2002). Na prática, o compromisso com o superávit significou a expansão do rentismo financeiro.

A continuidade e o aprofundamento das políticas econômicas, criadas a partir do Plano Real, em 1994, fizeram com que o acordo político do governo favorecesse aos Bancos e às instituições financeiras em detrimento às políticas públicas. Essa foi a prioridade dos governos petistas (SAMPAIO JR, 2018). Isso é observado mais fortemente nos momentos de crise financeira, quando foram implementados ajustes nas políticas sociais, ainda garantindo a renda do sistema financeiro.

A partir da caracterização deste contexto, fizemos uma análise quantitativa e

qualitativa para melhor compreendermos os dados do orçamento, no que tange ao financiamento da educação e à Dívida Pública, em especial nos valores gastos com os juros e encargos da Dívida.

A fim de analisarmos esses processos, numa perspectiva de maior totalidade, estruturamos este trabalho em quatro partes, da seguinte forma: na introdução apresentamos a estrutura do nosso estudo, os procedimentos e alguns elementos que permitem identificar o porquê do estudo. No primeiro capítulo temos nosso arcabouço teórico, uma breve contextualização histórica e a apresentação da questão da Dívida Pública, bem como elementos do novo modelo de acumulação na economia brasileira e as suas influências, diretas e indiretas, na educação. No segundo capítulo, apresentamos dados sobre o orçamento da União, o sistema da Dívida e os investimentos com a educação, além de fazermos uma análise sobre estes dados.

Importante salientar que, como será apresentada em boa parte do texto, a nossa compreensão do que seja educação pública é diferente da compreensão ressignificada no Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 (Brasil, 2014). Na revisão implementada por este documento, a educação pública engloba aquilo que é financiado pelos entes federativos. Para nós, só é pública uma educação desenvolvida em instituições estatais com financiamento total e integralmente público, com sua administração e gestão realizada por seus servidores concursados, e, acima de tudo, que responda aos interesses e demandas sociais definidos pela classe trabalhadora do país.

2. A EDUCAÇÃO E O NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O fenômeno que no período mais recente garantiu a hegemonia do capital no Brasil, a partir do processo de redemocratização, foi uma nova conciliação social iniciada com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e consolidada em 1994 (BRASIL, 1994) com o Plano Real. Este processo foi denominado de Pacto de Classes (AZEVEDO, 2014). Essa hegemonia foi fruto da solidificação do processo de dominação iniciado com o golpe empresarial-militar (LEHER, 2015) dos anos 1960. Esse tema é, com toda certeza, um dos grandes objetos de estudos das teorias críticas em nosso país. Deste modo, estudar esse acontecimento no período dos governos petistas apresenta-se como um grande desafio.

Durante muito tempo, os governos petistas tiveram índices recorde de popularidade¹, agradaram, segundo a mídia, alguns autores e às suas próprias narrativas, tanto aos banqueiros quanto aos pobres² (COSTAS, 2016). Esta forma de fazer política só foi possível graças a um crescimento econômico mundial (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), que impulsionou a economia brasileira, e um fortalecimento do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Para Marx e Engels (1848) o antagonismo e as contradições das classes sociais têm convivido historicamente, porém, há um limite para essa convivência. A burguesia, ao nascer, criou seu próprio algoz, a maior classe social existente, o proletariado. A divisão da sociedade em duas grandes classes sociais, a dos que produzem e a dos que lucram com a produção alheia, fez com que a luta de classes fosse algo de fácil identificação, porém mais complexo de superação.

As contradições de classes são fruto da disputa entre as mesmas e demonstram que os processos de pactos e conciliações são amplamente utilizados para pacificar e dominar a classe trabalhadora. E a burguesia, sendo hegemônica, evita, de todas as formas, ser exposta. O último grande pacto no Brasil, o qual ainda pousa as rédeas sobre o povo, foi e é o Plano Real (AZEVEDO, 2014).

Retornando ao tema do petismo no Plano Real, destacamos as questões citadas acima. Os governos comandados por Lula e Dilma construíram uma narrativa tentando demonstrar uma política que tivesse um ganho para os banqueiros e um ganho para os trabalhadores. Houve um ganho real por parte dos trabalhadores, porém vinculado ao

¹ “De aprovação recorde ao impeachment: lembre os principais momentos do governo Dilma”. BBC. Brasil, 29 agosto de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>. Acesso em: 20 jan. 2019.

² “O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais” BBC. Brasil, BBC. São Paulo, 13 maio de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 20 jan. 2019.

endividamento das famílias mediante políticas de concessão de crédito. Esse fenômeno é chamado por Celso Furtado (1972) de “concentração dinâmica de renda”, um processo cuja essência consiste no crescimento proporcionalmente maior da renda do capital em relação à renda do trabalho. Mesmo assim, quem realmente se beneficiou foram os banqueiros³ (UOL, 2011; NOVO, 2011). Foram governos que programaram as reformas necessárias para o capital, sem o desgaste social obtido pelos governos anteriores, pois estavam em um período de expansão econômica, possibilitando determinado nível de ampliação dos programas sociais (CASSIN, 2016).

Vale frisar que esses programas sociais, mesmo ampliando a distribuição de renda, não centraram forças em uma mudança estrutural econômica para a classe trabalhadora, muito menos na superação das contradições capitalistas. Pelo contrário, esses programas cumpriram, em sua maioria, o papel de criar certa tranquilidade social, derivada do apassivamento da classe trabalhadora⁴, e movimentaram a economia, principalmente com o fortalecimento das políticas de crédito.

Tais políticas, muitas continuadas pelo governo Temer, geraram grande nível de endividamento das famílias brasileiras. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), órgão patronal, 62,2% (EBC, 2018) das famílias brasileiras estão endividadas - o que demonstra que essas políticas não foram pensadas para os trabalhadores. Dados desta mesma pesquisa (CNC) apontam que mais de $\frac{3}{4}$ (76,6%) destas dívidas são de cartão de crédito. E no mesmo período, cujo endividamento da população bateu recordes, “Entre os cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Caixa, Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander), a taxa vai de 168,8% a 297,46% ao ano.” (OLIVERIA, 2018), contra uma valorização salarial de 4,6%⁵.

Estes dados nos levam a compreender que os programas sociais e de aumento de renda, propostos por Lula e Dilma, vincularam as valorizações salariais e de renda dos trabalhadores às políticas de crédito e consumo, concentrando mais renda nos setores da burguesia que lucram com essas políticas: Bancos e empresas de crédito para consumo.

Ganha destaque, nesta leitura, três aspectos, em especial nos governos petistas, com relação às mudanças sociais: (i) o endividamento, como citamos anteriormente; (ii) a

³ Para entender melhor o tema da financeirização do capital, recomendamos a leitura do clássico de Lenin, “Imperialismo, a fase superior do capitalismo” (1917) e “A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências”, com organização de François Chesnais (2005).

⁴ Para o tema, recomendamos o texto “Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora” de Mauro Iasi (2013).

⁵ Bolsonaro assina decreto que fixa salário mínimo em R\$ 998 em 2019. G1. Brasília, 01 jan. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/01/bolsonaro-assina-decreto-que-fixa-salario-minimo-em-r-998-em-2019.ghtml> Acesso em: 20 jan. de 2019.

precarização das relações de trabalho⁶; e (iii) as políticas sociais nichadas, contribuindo para o enfraquecimento do modelo de universalização das políticas públicas.

Outra questão central na discussão sobre a manutenção do pacto de classes, iniciado nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e aprofundado nos governos petistas, é a política por trás dos programas sociais. Segundo documento do Ministério da Fazenda, no início do governo Lula, o problema das políticas sociais não seria o montante de recursos e sim para quem são destinados (BRASIL, 2003). Segundo o documento, o principal problema é que os recursos vão para os ‘não pobres’; os recursos acabam indo para os setores médios da população, com as políticas de previdência e a universidade pública, por exemplo. Porém, quando observamos os dados do Siga Brasil, percebemos que essa análise não se mostra verídica. Primeiramente, porque faltam recursos para os investimentos nas políticas sociais, e isso pode ser visto no orçamento da União no ano do documento, em 2003, no qual 1,53% destinavam-se para a Educação, 2,55 para Saúde, 0,91% para Trabalho e 0,52% para o Transporte. Em contrapartida, só com os juros e encargos da Dívida foram 8,3%. Se formos contar o total da Dívida, somando amortização, refinanciamento e rolagem foram 43,82%. Assim como parte dos recursos alocados naquelas políticas vão direto para grandes empresas, via transferências de valor, como demonstraremos mais adiante.

Para Chaves, Reis e Guimarães (2018, p. 3), a proposta do governo “seria focalizar as políticas e os gastos sociais nos pobres, em detrimento dos considerados ‘não pobres’”. Essa premissa sustentou as políticas econômicas e sociais adotadas durante esses governos.” É importante entender que essa leitura parte de uma compreensão social dos motivos da pobreza e das desigualdades. Segundo os autores:

A pobreza não foi tratada como resultado do processo de exploração econômica. A distribuição assimétrica da riqueza, a concentração da propriedade e a superexploração da força de trabalho no Brasil não foram consideradas hipóteses explicativas do problema. A pobreza foi convertida em fenômeno derivado de atributos pessoais e/ou de grupos específicos, dissociada do conflito capital-trabalho. De acordo com essa concepção, a sociedade estaria polarizada entre ‘pobres’ e ‘não pobres’, entre ‘excluídos’ e ‘privilegiados’. As autoridades da área econômica, nos governos do PT, defendiam a possibilidade da superação da pobreza por meio de ações pontuais do Estado, pelo redirecionamento dos gastos orçamentários da área social, sem nenhum questionamento a respeito da destinação de parcela significativa do orçamento da União para o pagamento da Dívida Pública e do modo de produção da vida social, que produz e reproduz a pobreza e a miséria. (idem)

Ainda para os autores, essa forma de compreender as desigualdades está em

⁶ Para melhor compreensão deste assunto, recomendamos as leituras de “Os Sentidos do Trabalho”, “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho” de Ricardo Antunes (ambos de 2015) e de Ruy Braga “A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista” de 2012.

perfeito alinhamento com as políticas econômicas e agenda de alguns Organismos multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). E esta é uma questão central, pois segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), o governo PT nega sua tradição e sua constituição social e se alinha à uma política econômica e social de interesse dos bancos nacionais e internacionais.

Dado este cenário, acreditamos ser fundamental elucidar alguns pontos para compreendermos estas questões enquanto parte de um processo histórico. Assim, subdividimos este capítulo a partir deste ponto em três partes. Uma primeira abordando o contexto histórico da atual política neoliberal; a segunda tratando do tema Plano Real e a Dívida Pública, seu contexto e consequências; e uma terceira seção abordando os impactos dessas políticas econômicas na educação brasileira e o projeto dos organismos multilaterais para ela.

2.1 A POLÍTICA NEOLIBERAL NO CONTEXTO HISTÓRICO ATUAL

Após o golpe empresarial-militar (LEHER, 2015) houve um drástico rompimento com a política vigente no capitalismo periférico dependente. Os planos de uma burguesia nacional-desenvolvimentista, forjados desde os anos 1950, foram derrotados e alinhados à política externa. Para Fernandes (2005), o golpe civil-militar representou o fim de qualquer projeto de uma burguesia nacionalista, impondo, no Brasil, a política imperialista. O projeto desenvolvimentista nacional foi desmantelado e readequado a uma nova forma de acumulação capitalista. Essa forma de acumulação se configurou, no decorrer do processo da ditadura empresarial-militar, como o modelo neoliberal⁷.

Esse modelo teve como prática concreta uma abertura das economias nacionais aos interesses monopolistas internacionais. Foi a forma mais direta e objetiva de garantir os interesses imperialistas e a posição do Brasil (e da América Latina) na divisão internacional do trabalho. Esse ‘novo’ modelo é um imperativo aos países periféricos ao “retorno à fase inicial do liberalismo” (PETRAS, 1997, p. 17), atacando os direitos trabalhistas e aumentando a exploração.

O governo empresarial-militar brasileiro operou ‘em contradição’ durante um período do processo neoliberal. Essa contradição foi a preparação para a implementação mais drástica do modelo. Com uma falsa roupagem nacionalista, o governo fez grandes obras e iniciou uma nova expansão dos espaços de exploração pelo capital internacional.

⁷ Vale uma ressalva para o uso desta categoria. Há várias interpretações sobre o entendimento de neoliberalismo e para um entendimento comum, algumas categorias distintas. Estamos usando o conceito utilizado por Petras (1997).

Isso se configurou, nos anos 1970, pelo chamado “milagre econômico”. Mas, para Fattorelli (2012), esse período fora impulsionado por uma política mais forte do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil, entendido aqui como o estágio inicial do crescimento do endividamento público do Estado brasileiro.

A partir dos anos 1980, o país começa a sentir o peso deste processo de endividamento com o fim do modelo de transição. Esta década é chamada de “década perdida”, pois os crescimentos econômicos brasileiros foram negativos, em contrapartida inicia-se o endividamento e o oneroso custo do salvamento dos bancos nesse período. (FATTORELLI, 2012).

Ainda assim, para garantir o êxito das políticas neoliberais, era necessário uma reforma política e uma reforma econômica. Isto nos levou à contraditória Constituição de 1988⁸, até hoje não aplicada em sua totalidade. Para os teóricos neoliberais⁹, tais políticas são indissociáveis, pois negam o surgimento anterior deste modelo e criam um ar progressivo em suas políticas econômicas (PETRAS, 1997).

Em suma, o projeto empresarial-militar foi um projeto que, a partir dos anos 1970, preparou as condições para uma nova forma de dominação capitalista. Acreditamos que o projeto tenha sido o de barrar o desenvolvimentismo liderado por Jango. Todavia, este período foi um prelúdio para o ciclo de acumulação capitalista que vivemos hoje.

2.2 PLANO REAL E DÍVIDA PÚBLICA

O Plano Real¹⁰ foi um programa que teve em sua apresentação a tentativa de estabilizar a economia brasileira, tendo como base três pontos centrais: o “ajuste fiscal do Estado, a elevação da taxa de juros e a supervalorização do câmbio.” (AZEVEDO, 2014, p. 28). Antes de focarmos na questão da taxa de juros, fato que intensificou a desindustrialização e o super endividamento estatal, destacamos o conceito utilizado por Fernando Henrique Cardoso (apud AZEVEDO, 2014, p. 28) como motivador do Plano Real:

⁸ A Constituição Federal (1988) foi formada por uma série de disputas entre forças antagônicas, por um lado havia grandes propostas de fortalecimento de um Estado de bem-estar social, com propostas de distribuição de direitos, de riqueza e renda, porém, por outro, não mexeu na estrutura de acumulação brasileira e nos modelo de política implementado na ditadura empresarial-militar.

⁹ O modelo neoliberal implementado é fruto deste processo de acumulação citado na nota acima. Então, em muitos pontos ele se choca diretamente contra as políticas progressistas da Constituição. Assim, em 30 anos de Constituição, já passamos por 99 emendas constitucionais, sem citar a não implementação de várias das medidas das disposições constitucionais transitórias e nas mudanças das leis de implementações das leis políticas sociais.

¹⁰ Para um estudo mais aprofundado sobre a história do Plano Real recomendamos Filgueiras (2000).

[...] a reorganização fiscal é a pedra fundamental do processo de estabilização, ainda que este requeira medidas adicionais para quebrar a “inércia inflacionária” decorrente da indexação”. Esse mesmo documento afirmava que a origem da inflação se concentrava nos excessivos gastos do Estado, pois no Brasil redemocratizado os diferentes interesses sociais permitiam que fossem incluídas no orçamento diversas despesas que, quando eram atendidas, acabavam sendo financiadas pela emissão de moeda que gerava inflação. Somava-se a isso a rigidez do orçamento que vinculava diversas despesas as receitas. As soluções apresentadas, tanto no documento citado como no Programa de Ação Imediata, passavam, entre outras medidas, por cortes nos gastos da União, fim na inadimplência de Estados e Municípios, privatizações e manutenção do pagamento da Dívida, cuja rolagem seria a única justificativa para emissão de títulos do Tesouro. Em resumo, essas medidas significavam a adoção de uma política econômica que priorizava o pagamento ao capital financeiro em detrimento do investimento público. (idem)

Posto isso, damos destaque à política econômica do Plano Real, que, inicialmente, priorizou o combate à inflação, elevando a taxa de juros com mecanismos de valorização de câmbio e uma liberalização da economia.

Essa elevação da taxa de juros e a liberalização da economia tiveram o efeito imediato desejado em relação à inflação. A elevação da taxa de juros valorizou a moeda brasileira, porém gerando desindustrialização¹¹ – a desindustrialização ocorre em função de ser mais lucrativo ter títulos da Dívida do que investir na indústria e pelo fim das políticas de proteção da indústria nacional (liberalização e fim do protecionismo), o retorno para a burguesia é maior – e um super endividamento público (FATTORELLI, 2012).

Para exemplificar a valorização deste tipo de política, basta observar a taxa Selic: “[...] taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país” (BANCO CENTRAL, n.p.) e arrendou quase 50% (BANCO CENTRALb) de juros em cima dos investimentos. Outra demonstração dessa política foi o valor do dólar neste período, chegando a R\$0,82 (BANCO CENTRALc).

Com o fortalecimento das políticas liberais, fim dos subsídios e privatizações, a capacidade produtiva brasileira foi extremamente reduzida, levando o Brasil a fortalecer seu papel histórico na divisão internacional: o papel de um país dependente tecnologicamente e exportador de matérias-primas. No que tange as privatizações, vale ressaltar que, segundo Fattorelli (2012), Fernando Henrique Cardoso aplicou o maior programa de privatizações do mundo.

Essas políticas tiveram resultados catastróficos, e o superendividamento gerou uma forte crise econômica no fim dos anos 1990, a qual forçou uma mudança na estrutura fiscal brasileira desde então. Nesse período, foi anunciado pelo governo o ‘tripé

¹¹ Para compreender tanto o fenômeno de desindustrialização quanto o de liberalização, recomendamos “Brasil a construção interrompida” (1992) e “Análise do ‘modelo’ brasileiro” (1972), ambos de Celso Furtado.

macroeconômico' (RODA VIVA, 1999; BRASIL,1999) como sendo o novo modelo que ditaria as regras econômicas brasileiras.

O tripé macroeconômico tem três diretrizes básicas: câmbio flutuante, metas de inflação¹² e meta fiscal¹³. Vale resgatar também que neste período houve a criação de um mecanismo legal para a garantia do tripé e do repasse do pagamento da Dívida Pública brasileira: a Lei complementar nº 101 de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Esse novo mecanismo gerou um forte ajuste fiscal, garantindo legalmente o pagamento da Dívida, mas sem garantias da mesma manutenção para os investimentos sociais. Nas palavras irônicas e certeiras de Fattorelli (2012, n.p.) “Não é crime cortar investimentos sociais em saúde e educação, mas não pagar a Dívida é.”

E assim, a partir do governo Lula, houve uma transformação na política do Plano Real, que já não poderia ter a mesma feição. Tendo um sindicalismo cooptado, por ter chegado a um novo patamar com a entrada no poder de um líder social, e somado ao crescimento dos fundos de pensão vinculados à Dívida Pública, vale o destaque feito por Castelo (2017):

Estamos diante de uma novidade histórica. Antes, os grupos cooptados das classes subalternas aceitavam participar do bloco de poder dominante em nome de concessões pontuais; de 2003 em diante, temos no Brasil o transformismo de antigas lideranças social-democratas em agentes ativos do novo padrão de reprodução do capital. Essencialmente, a aristocracia operária brasileira – em larga medida entrincheirada na burocracia sindical da CUT – se tornou sócia do rentismo burguês na composição acionária e na direção e gerenciamento de gigantescos fundos de pensão e dos conglomerados do capital financeiro financeirizado. (CASTELO, 2017, p. 66)

2.2.1 Auditoria da Dívida Pública

Dado o cenário de total vinculação da política econômica ao projeto do rentismo brasileiro e vitória na contraditória Constituição de 1988, que em seu 26º artigo das Disposições Transitórias previa que “No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.” (ADCT, 1988), um grupo de pessoas, vinculadas ao Instituto Jubileu Sul¹⁴, fez um processo de plebiscito extraoficial, no ano 2000, e começou a partir do acúmulo político deste

¹² Para compreender melhor o regime de metas de inflação recomendamos o documento Regime de Metas para a Inflação no Brasil do Banco Central. (BANCO CENTRAL, 2016)

¹³ Recomendamos a leitura de “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.” (FILGUEIRAS, 2006).

¹⁴ Mais informações sobre o Instituto Jubileu Sul em: <http://www.jubileusul.org.br>.

plebiscito, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), fazendo a crítica necessária e produzindo material sobre a Dívida Pública brasileira:

Enquanto esta auditoria oficial não ocorre, desde abril de 2001, em decorrência do resultado do grande Plebiscito da Dívida Externa realizado no ano 2000, está sendo realizada a “Auditoria Cidadã da Dívida”, movimento inserido na Campanha Jubileu Sul, cujo objetivo é analisar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da Dívida e, a partir daí, promover a popularização das discussões sobre o tema, tanto nacional quanto internacionalmente, e desenvolver ações no sentido de pressionar pela realização da auditoria oficial e reverter a dominação exercida por meio das Dívidas Interna e Externa. (FATTORELLI, 2006, p. 9)

Como mencionado, a Dívida Pública tornou-se a espinha dorsal da política econômica brasileira. Para Sampaio Jr. (2018, n.p.), após as jornadas de junho de 2013,

[...] temendo que o governo cedesse à pressão das ruas e aumentasse os recursos para financiar as políticas sociais – a principal reivindicação da juventude que encabeçou os protestos –, o grande capital exigiu uma rápida e inequívoca reafirmação do compromisso das autoridades com o ajuste fiscal. É o que explica a pressa da presidente Dilma em reiterar, em resposta à revolta urbana, seu empenho na geração de superávits fiscais – na direção oposta à que a intervenção popular pedia.

E continua, explicando o ajuste fiscal no decorrer da crise econômica que se fortaleceu em 2014:

Em 2014, com o agravamento da crise econômica, o mercado exigiu uma mudança de qualidade na política de corte de gasto público. Dilma não titubeou. Negando a promessa eleitoral de que “não faria ajuste nem que a vaca tossisse”, os votos mal tinham sido contabilizados e Joaquim Levy, preposto de um dos maiores banqueiros do Brasil, foi indicado Ministro da Fazenda e deu início a um draconiano choque ortodoxo que jogou o país na pior recessão de sua história moderna. (idem)

Tanto Fattorelli (2012, 2018) quanto Sampaio Jr. (2018), afirmam que somente com a superação do sistema da Dívida será possível termos uma política econômica capaz de mudar os paradigmas impostos pelo modelo de acumulação capitalista no Brasil. A Dívida Pública transformou-se na grande ferramenta de submissão e controle do Estado por parte da burguesia nacional e internacional, pautando o regime fiscal, orçamentário e definindo os novos patamares de exploração à classe trabalhadora brasileira.

2.3 A POLÍTICA ECONÔMICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Inserido nesse contexto de profunda transformação social – imposto pelo fim do projeto desenvolvimentista brasileiro dos anos 1950 e 1960, consolidado nos anos 1990 – a

educação não ficou de fora dos novos marcos.

O Congresso Mundial de Educação Para Todos, ocorrido em Jomtien, na Tailândia, em 1990, sob coordenação da UNESCO e do Banco Mundial, a Declaração Mundial de Educação Para Todos, os eventos internacionais sobre educação chancelados pelos organismos citados, podem ser tomadas como referências emblemáticas do esforço para orientar a educação das massas na contemporaneidade. (MARTINS, 2008, p. 3)

Essas novas referências foram traduzidas em duas ideias básicas segundo Martins,

[...] a “redemocratização da democracia” e a “repolitização da política”. Dessas ideias derivam formulações, tais como: o afloramento da “nova cidadania”, o surgimento do “novo coletivismo”, o fortalecimento da “nova sociedade civil” e a necessidade do “Estado gerencial”. (MARTINS, 2008, p. 2)

A justificativa para tais mudanças propostas pelo Todos pela Educação é adequar o Brasil a nova realidade mundial e ao novo modelo de exploração capitalista. Em documentos estudados por Andrade e Gawryszewski (2018), Chaves, Reis e Guimarães (2018), Martins (2008) e Evangelista e Shiroma (2007, 2015), é perceptível a adequação do Brasil à agenda educacional de alguns Organismos Multilaterais, principalmente no que se refere à formação dos professores para esse novo modelo de acumulação e a priorização da educação básica como política educacional, pois esta prioriza os ‘mais pobres entre os pobres’. Destacamos aqui a análise de Chaves, Reis e Guimarães sobre os relatórios do Ministério da Fazenda sobre as políticas sociais:

Afinado ao discurso do Banco Mundial, o Ministério da Fazenda propunha que o gasto público federal deveria ser direcionado à educação básica, pois este nível formativo proporcionaria maiores benefícios aos pobres. O subfinanciamento crônico da educação brasileira, decorrente do modelo de desenvolvimento econômico, foi convertido numa disputa entre os ‘pobres’, beneficiários da educação básica, e os ‘ricos’ e ‘privilegiados’, beneficiários da educação superior pública. Este tipo de conclusão, equivocada, procura ocultar que o verdadeiro problema do financiamento da educação brasileira não reside no fato de o gasto com a educação superior ser excessivo, mas na insuficiência dos investimentos na educação básica e no fato de a maior parte dos recursos da União se destinar a garantir a rentabilidade do capital financeiro, por meio do pagamento de uma Dívida Pública não auditada, sobre a qual pairam graves indícios de ilegalidade. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 3-4).

Sobre a questão, também vale destacar a contradição entre as políticas propostas que falam em aumento na qualidade do ensino, porém propõem a subvalorização e formação acelerada dos professores. Para Evangelista e Shiroma (2015), o Estado rebaixa os salários dos professores com uma política permanente e conclui uma formação mais acelerada e técnica com um novo modelo de formação: a distância e na iniciativa privada.

E essa agenda educacional foi, em boa parte, implementada pelos governos

petistas. O maior exemplo do processo de incorporação da agenda do movimento Todos pela Educação aos governos Lula e Dilma deu-se explicitamente em dois momentos, nas propostas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014) e através das metas propostas pelo Todos pela Educação (s.d., n.p.), como as destacadas a seguir:

- Meta 1 – Acesso: “Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola”.
- Meta 2 – Alfabetização: “Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª série (ou 3º ano) do Ensino Fundamental”.
- Meta 3 – Qualidade: “Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é essencial para a sua série”. Ficou definido, então, que 70% dos alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio do conjunto de alunos das redes pública e privada deverão ter desempenhos superiores a respectivamente 200, 275 e 300 pontos na escala de Português do SAEB, e superiores a 225, 300 e 350 pontos na escala de Matemática.
- Meta 4 – Conclusão: “Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio”.
- Meta 5 – Investimento: “Até 2010, mantendo até 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5% ou mais do PIB”. (Todos pela educação)

Agora a similaridade dessas metas com as do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014):

- Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
- Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento);
- Meta 5 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental;
- META 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por

cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional;

- Meta 20 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Vale salientar que a partir do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) houve uma mudança na compreensão do que é a Educação Pública, no parágrafo quarto de seu artigo quinto consta o seguinte:

§ 4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal. (idem)

Destacamos aqui o Documento Brasil 2022 (BRASIL, 2010) – elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do gabinete da presidência da república, do governo Lula – tem como objetivo propor políticas estratégicas para o Estado brasileiro em longo prazo, apresentando as “aspirações do povo para a sociedade brasileira no ano de comemoração do Bicentenário de nossa Independência.” (BRASIL, 2010, p. 5).

Entre as metas educacionais propostas por essa política estratégica estão:

- Erradicar o analfabetismo;
 - Universalizar o atendimento escolar de 4 a 17 anos;
 - Atingir as metas de qualidade na educação de países desenvolvidos.
- (BRASIL, 2010, p. 77).

Ganha peso o prazo de conclusão entre as metas do Todos pela Educação e do Brasil-2022. O documento Brasil-2022 configurou-se como um grande plano estratégico para os petistas e foi um dos principais documentos programáticos do governo Lula para nosso país.

Além da incorporação das pautas estratégicas do Todos pela Educação ao PNE, o Brasil-2022 também antecipou a expansão do Fies (BRASIL, 2010, p. 77) e o fortalecimento da educação profissional (BRASIL, 2010, p. 80). Essas e outras propostas, posteriormente implementadas por meio de políticas específicas, dão ao documento um

caráter excepcional para entender o programa petista para o Brasil.

Posto isso, cabe agora uma análise mais específica sobre o modelo de implementação da política econômica e educacional nos governos Lula e Dilma. No capítulo que segue, demonstraremos, através da política fiscal, os programas planejados e praticados pelos governos petistas, sobretudo na educação e na priorização aos compromissos a burguesia nacional e internacional.

3. O ORÇAMENTO, A EDUCAÇÃO E A DÍVIDA

O objetivo deste capítulo é abordar o tema do orçamento da União e seus desdobramentos na educação e Dívida Pública, inseridos no recorte temporal entre os anos de 2003 a 2016. Porém, antes da discussão, apresentaremos algumas questões sobre os dados.

O primeiro ponto que precisa ser relatado é a grande dificuldade em coletar esse tipo de dado, em especial, os números referentes à Dívida Pública. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001), conhecida como Lei de Acesso à Informação, em seu artigo 8º diz que “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, mas isso não se configura na realidade. Sobretudo com os dados da Dívida Pública. Os outros dados são igualmente de difícil acesso e há, intencionalmente ou não, uma subdivisão de diversos deles, prejudicando a pesquisa.

Escolhemos trabalhar com o sistema SIGA Brasil¹⁵, por parecer ser o sistema com maior funcionalidade e fácil visualização em destrinchar os dados gerais até uma segunda camada¹⁶.

Todos os valores apresentados são os valores pagos, ou seja, é o real valor que saiu dos cofres do tesouro. Isso ocorre, geralmente, pela tesouraria da Unidade Orçamentária, ou similar, após registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) da ordem de pagamento, que deve ter como favorecido o credor (TESOURO), quando o Estado finaliza o processo legal de pagamento.

Sobre as questões específicas da educação, na Tabela 4 apresentamos os dados do Programa Universidade para Todos (Prouni) até 2016. Por mais que represente o foco deste capítulo, tivemos atenção em apresentar os dados até 2018, porém os dados vinculados ao Prouni, após o ano de 2016, não aparecem no SIGA Brasil. Com relação aos outros programas, faz-se necessário somar os diversos gastos das Unidades Orçamentárias para localizar o valor real pago declarado sobre eles.

No caso da Dívida, a discussão e a apresentação dos dados precisam ser mais bem

¹⁵ O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre o orçamento público federal, que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Esse acesso pode ser realizado pelo SIGA Brasil Painéis e pelo SIGA Brasil Relatórios. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁶ Compreendemos como primeira camada o orçamento geral da união; como segunda o orçamento destinado aos ministérios e à Dívida; uma terceira camada seria a divisão interna de cada ministério ou pauta social, nas suas secretarias e/ou programas; uma quarta, a divisão em cada programa ou secretaria e assim por diante.

explicitadas. Usou-se, neste trabalho, uma metodologia diferente da utilizada pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) sobre o tema. A ACD utiliza os dados diretos do SIAFI. Não consideramos esses dados equivocados, mas consideramos que, como a própria ACD relata, são imprecisos:

Considerando que o valor indicado na rubrica “Juros e Encargos da Dívida Pública” do SIAFI corresponde apenas a uma parte dos juros nominais, sendo que a outra parte dos juros está embutida na rubrica “amortização” ou “refinanciamento”, e tendo em vista que não existe a devida transparência em relação a esse cálculo paralelo, não há outra alternativa senão somarmos as rubricas “Juros” e “Amortizações e Refinanciamento”, a fim de indicar o montante destinado a gastos com a Dívida Pública. (FATTORELLI, 2016, n.p.)

Por conta desta discordância, decidimos basear-nos na metodologia proposta por Peres (2017). Essa metodologia é uma aproximação feita para calcular o gasto com juros e encargos da Dívida Pública. Ela não contabiliza os gastos com amortização, refinanciamento e rolagem, pois os dados, como relatado, são imprecisos e turvos.

Nesse método, consta uma grande diferença entre os valores apresentados com os juros e encargos dos valores oficiais. A metodologia proposta é a seguinte:

O valor do Estoque da Dívida Pública Federal, em um período de 12 meses (A), multiplicado pelo gasto médio da Dívida Pública Federal, em um período de 12 meses (B), subtraído o valor do Estoque da Dívida Pública Federal, em um período de 12 meses (A), é igual ao valor aproximado gasto com encargos e juros no período de 12 meses com a Dívida Pública Federal (C). A representação seria:

$$A \times B - A = C$$

Sendo que:

A = Estoque da Dívida Pública Federal em um período de 12 meses;

B = Gasto médio da Dívida Pública Federal em um período de 12 meses;

C = Valor aproximado gasto no período de 12 meses de com a Dívida Pública Federal, no que tange aos juros e encargos.

O motivo desses dados serem aproximados é que há uma variação de mercado que não é possível calcular sem o integral acesso aos dados. Os dados, mesmo com uma certa precisão, são subestimados, por não levarem em conta os gastos de oscilação de mercado, como a taxa Selic. O valor real, despendido pelo Tesouro Nacional, é sempre maior que os apresentados aqui, mesmo no SIGA e no SIAFI sendo, na maioria dos casos, menores.

Outro ponto de destaque é essa diferença entre os dados do SIAFI e os dados do Tesouro Nacional. Não entendemos o motivo real da diferença dos dados, o sistema é integrado e os dados deveriam ser os mesmos, porém não são. Apresentaremos a diferença

no Quadro 2, na próxima seção.

Sobre os gastos com amortização, refinanciamento e rolagem, é impossível calcular o gasto real, a não ser assumindo a veracidade dos dados oficiais, porém, os dados são imprecisos. Para Fattorelli (2016), caso houvesse um valor de amortização, refinanciamento ou rolagem condizente com o valor apresentado pelo SIAFI, a Dívida deveria ter se mantido ou diminuído, porém o que ocorre é o contrário, a Dívida Pública cresce a cada ano.

Em suma, concordamos com a tese da ACD sobre a questão da Dívida Pública Federal, porém qualificamos um pouco mais os gastos da Dívida conforme apresentado por Peres (2017).

Feita esta breve explanação, relembremos que o foco central deste capítulo é demonstrar os gastos da união na especificidade da Dívida Pública e da educação. Salientamos que esses valores são referentes aos gastos da União e não dos estados e municípios. O foco é apresentar a política econômica em relação ao tema deste trabalho no período que cobre o período de 2003 a 2016, referentes às administrações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff, e fazer uma análise de quais foram as prioridades destes governos em relação à política econômica, principalmente no que tange a Educação.

3.1 UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ORÇAMENTO DA UNIÃO

O orçamento da união é a soma dos recursos arrecadados pela união em um determinado período de tempo. Ele é composto por: Impostos¹⁷, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Receita Patrimonial; Receita Agropecuária; Receita Industrial; Receita de Serviços; Transferências Correntes; Outras Receitas Correntes; Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos; Transferências de Capital; Outras Receitas de Capital¹⁸ (BRASIL, 2018, p. 20).

É fundamental destacar também que, segundo a Constituição Federal (BRASIL,

¹⁷ Vale destacar uma questão fundamental sobre os impostos e tributos. “De acordo com Evilásio Salvador (2016), a arrecadação tributária em 2014 foi de R\$ 1,8 trilhão, divididos da seguinte forma (em ordem decrescente): 1. tributos sobre bens e serviços, 51,02% do total; 2. tributos sobre a folha de salários, 25,18%; 3. tributos sobre a renda, 18,02%; 4. tributos sobre a propriedade, 4,17%; e 5. tributos sobre transações financeiras, 1,61%. A principal fonte de arrecadação são os tributos sobre bens e serviços, impostos que têm alíquotas iguais para todos os consumidores, sem diferenciação de renda e riqueza. As duas menores fontes – propriedade e transações financeiras – são justamente as que incidem com maior peso nas classes proprietárias e correspondem somente a 5,78% do total da tributação.” (CASTELO, 2017, p. 6).

¹⁸ Para mais informações sobre esses desdobramentos, sugerimos a leitura do Manual Técnico do Orçamento. Os dados deste manual são atualizados ano a ano e devem respeitar uma série de questões legais. Os que consultamos para este trabalho são os dados referentes ao manual lançado em 2017, que regulamenta o ano fiscal e o orçamento de 2018.

1988), os planos e diretrizes para o orçamento são definidos em leis: o Plano Plurianual (PPA) (BRASIL, 1988), que tem validade de quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (BRASIL, 1988), cuja validade é anual; e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988), validade anual também, além das próprias obrigações orçamentárias constitucionais. A partir de 2016 (SENADO FEDERAL, 2016), deu-se o direito ao poder executivo de remanejar até 20% do orçamento de cada pasta para cobrir despesas que mais interessem à política presidencial¹⁹.

Dentro desse panorama, é fundamental fazer uma leitura crítica sobre os números apresentados. No período a que nos dedicamos a fazer este estudo, o orçamento da União passou por um aumento real. Excluindo-se algumas oscilações pontuais, o orçamento teve um aumento de 41,11% entre 2003 e 2016. Este aumento real só foi possível graças a uma conjuntura de expansão capitalista e de um longo ciclo de acumulação. Porém este ciclo, que teve seu fim, não enfrentou os problemas da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro. Nas palavras de Sampaio Jr (2018b, n.p.).

Resgate da fantasia de um suposto neodesenvolvimentismo lulista, que nunca passou de um modesto ciclo de crescimento, como tantos outros na história do Brasil, sem jamais colocar em questão os nós fundamentais que sustentam o Plano Real (a Dívida Pública e a Dívida externa) e muito menos os interesses que perpetuam o subdesenvolvimento (a segregação social, o controle do capital internacional sobre a economia brasileira, e a subordinação do padrão de acumulação à cópia dos estilos de vida e consumo das economias centrais).

Consideramos este um ponto central. As narrativas petistas apontam que só foi possível um ciclo de crescimento econômico e social graças à habilidade política e econômica do então presidente Lula, continuadas pelo governo Dilma. Porém, o que vemos, e demonstramos um pouco no capítulo anterior, é justamente o contrário. O Brasil cresceu neste período, mas cresceu impulsionado pela economia internacional. Destacamos que este crescimento foi abaixo do percentual internacional. No primeiro mandato de Lula, a economia internacional cresceu, segundo Filgueira e Gonçalves (2007, p. 36), “em um patamar médio de 4,9%, porém a economia brasileira cresceu somente 3.3% em média”²⁰.

Estes dados demonstram a falácia do desenvolvimento econômico do governo Lula. Ou seja, houve crescimento, porém abaixo da média internacional. Outro ponto que vale salientar foi o compromisso aprofundado do Brasil com a divisão internacional do trabalho e com o capital rentista nos anos Lula. Para Filgueira e Gonçalves (2007), o governo Lula aprofundou o compromisso com o rentismo, passando cada vez mais os

¹⁹ Para saber mais sobre, recomendamos a leitura do material específico do Senado, disponível em <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>.

²⁰ Esses números são referentes ao PIB divulgado pelo FMI e pela WEO.

recursos do orçamento para o pagamento da Dívida, além disso, fortaleceu o papel do Brasil como exportador de matérias-primas.

A seguir, no Quadro 1, é possível ver a variação do orçamento e o ciclo de expansão.

Quadro 1: Variação do orçamento da União no período de 2001 a 2018

| Ano | Orçamento total da união |
|------------|---------------------------------|
| 2001 | 1.691.808.576.966 |
| 2002 | 1.753.108.460.580 |
| 2003 | 1.981.651.727.231 |
| 2004 | 1.951.844.105.439 |
| 2005 | 2.205.160.605.510 |
| 2006 | 2.260.979.373.746 |
| 2007 | 2.233.913.419.204 |
| 2008 | 2.138.071.554.082 |
| 2009 | 2.288.652.397.062 |
| 2010 | 2.320.744.053.483 |
| 2011 | 2.420.330.272.890 |
| 2012 | 2.500.228.286.697 |
| 2013 | 2.449.525.399.273 |
| 2014 | 2.799.831.460.277 |
| 2015 | 2.685.813.024.990 |
| 2016 | 2.797.023.206.487 |
| 2017 | 2.615.639.829.487 |
| 2018 | 2.661.300.902.388 |

Legenda: Valores retirados do SIGA Brasil – Siafi, e aproximados na casa decimal.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

3.2 DÍVIDA PÚBLICA

Como já explanado anteriormente, a Dívida Pública brasileira é um mecanismo econômico de dominação que intensifica subdesenvolvimento e dependência. Assim, não é um mero mecanismo fiscal e financeiro, é configurado hoje como a maior ferramenta de dominação política e econômica no Brasil.

Apresentamos a seguir (Quadro 2) alguns dados sobre nosso estudo da Dívida. É importante colocar a diferença entre os dados apresentados através da metodologia que propomos para calcular os juros e encargos, dos dados oficiais. Nós buscamos os dados junto ao Tesouro Nacional nos relatórios mensais da Dívida. Nos anos de 2001 a 2007, como os relatórios mensais tiveram alterações, os dados foram colhidos dos relatórios anuais da Dívida²¹.

²¹ A variação entre os dados que estamos apresentando aqui e os dados de Peres (2017). A diferença dos dados é motivada por fazermos as análises em meses diferentes.

Quadro 2: Comparativo da Dívida

| Ano | Estoque Dívida interna em dezembro. | Custo médio da Dívida interna (12 meses) | Juros Nominais estimados | Juros Nominais estimados (correção IPCA) ²² | Gasto com Juros ²³ IPCA atualizado 12/2018* |
|------|-------------------------------------|--|--------------------------|--|--|
| | a | b | c = b x a | c' | d |
| 2001 | 624,1 bilhões | 8,30% | 51.800.300.000 | 156.958.441.002 | 152.580.571.534 |
| 2002 | 687,3 bilhões | 8,50% | 58.420.500.000 | 164.408.004.458 | 147.425.700.047 |
| 2003 | 731,4 bilhões | 9% | 65.826.000.000 | 164.621.606.281 | 148.541.102.940 |
| 2004 | 810,2 bilhões | 9,10% | 73.728.200.000 | 168.695.243.992 | 163.352.644.880 |
| 2005 | 979,7 bilhões | 6,80% | 66.619.600.000 | 141.663.822.779 | 182.662.429.490 |
| 2006 | 1.090 bilhões | 9,40% | 102.460.000.000 | 206.147.176.039 | 298.389.451.537 |
| 2007 | 1.333,8 bilhões | 13,76% | 183.530.880.000 | 358.018.161.677 | 267.662.008.564 |
| 2008 | 1.397,3 bilhões | 15,91% | 222.310.430.000 | 415.150.655.963 | 199.581.177.556 |
| 2009 | 1.497,39 bilhões | 9,42% | 141.054.138.000 | 248.734.347.599 | 213.444.202.921 |
| 2010 | 1.694,04 bilhões | 11,59% | 196.339.236.000 | 331.918.210.964 | 200.802.303.801 |
| 2011 | 1.866,35 bilhões | 12,83% | 239.452.705.000 | 382.214.152.277 | 202.241.566.385 |
| 2012 | 2.007,98 bilhões | 11,55% | 231.921.690.000 | 347.599.205.792 | 196.163.636.204 |
| 2013 | 2.122,81 bilhões | 11,32% | 240.302.092.000 | 340.286.820.483 | 194.980.850.253 |
| 2014 | 2.295,9 bilhões | 11,84% | 271.834.560.000 | 363.458.876.396 | 220.634.759.290 |
| 2015 | 2.793,01 bilhões | 16,07% | 448.836.707.000 | 563.970.689.345 | 249.499.319.042 |
| 2016 | 3.112,94 bilhões | 12,02% | 374.175.388.000 | 424.797.626.055 | 224.118.541.073 |
| 2017 | 3.559,27 bilhões | 10,29% | 366.248.883.000 | 391.192.720.988 | 213.849.036.621 |
| 2018 | 3.826,74 bilhões | 10,11% | 386.883.414.000 | 401.391.542.025 | 283.842.766.028 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

²² Corrigido pelo IPCA disponível em IBGE

²³ Valor empenhado no Grupo Natureza de Despesa 2 (Juros e Encargos da Dívida).

Se analisarmos o total do orçamento em comparação com a Dívida total (Quadro 2) e com os gastos com juros e encargos, veremos algo bem mais sintomático em relação ao compromisso do Brasil com o capital rentista. Os índices apresentados pelo governo como amortização, refinanciamento ou rolagem se mostram falsos. Fattorelli (2016, n.p.) explica que se o valor

[...] indicado no SIAFI tivesse sido empregado em “Amortização”, o estoque da Dívida teria caído fortemente, certo? Caso tivesse sido empregado somente no “Refinanciamento” (também chamado de “rolagem”, ou seja, a troca de Dívida que está vencendo por outra), o estoque da Dívida teria se mantido constante, certo? Conforme publicado pelo Banco Central, em 2015 o estoque de títulos da Dívida interna aumentou R\$732 bilhões, saltando de R\$3,204 trilhões para R\$3,937 trilhões, em apenas 11 meses de 2015 [de 31/01 a 31/12/2015].

Damos ênfase aqui para as operações compromissadas, Dívidas de curtíssimo prazo que, em teoria, servem para controlar os juros e a inflação, porém extrapolaram essa função e hoje servem como uma forma de lucros aos bancos, remunerando seu excedente diário. Destacamos na íntegra, a seguir, parte do relatório encomendado pelo Senado em 2017 sobre essas operações, para explicar mais umas das operações fiscais que sustentam a política de dominação econômica pela burguesia ao Brasil:

As operações compromissadas realizadas pelo Banco Central consistem em importante instrumento de política monetária, utilizadas em outros países também. Entretanto, o saldo dessas operações subiu bastante desde 2006. Em 2008, passou a ser incluído no cômputo do indicador oficial de Dívida Pública. Em agosto de 2017, o saldo chegou a R\$ 1,16 trilhão, o equivalente a 17,9% do PIB e a 24,3% da Dívida bruta. Tais números não são usuais na experiência internacional. Surpreende o prazo dessas operações, pois 94% do saldo existente estava contratado com prazo de até três meses. Já o prazo restante até o vencimento era de dezenove dias úteis, na média dos últimos doze meses. Em que pese a sua relevância, as compromissadas não estão incluídas na gestão da Dívida Pública federal, de competência da Secretaria do Tesouro Nacional. (SENADO, 2017, p. 2)

3.3 EDUCAÇÃO

Contabilizar como são os investimentos da educação em sua totalidade, considerando somente o orçamento da União, é um processo muito complexo, pois parte significativa dos fundos não entra na conta do orçamento vinculado diretamente ao Ministério da Educação, ou à educação de forma geral no SIAFI. Precisaríamos de acesso integral aos fundos para saber quais são os gastos reais. Nem todas essas políticas são vinculadas ao Ministério da Educação, outras são vinculadas a outras unidades orçamentárias, mas competem à Educação.

Importante destacar que, por mais que tenhamos críticas aos governos petistas, seria falacioso não admitir que este governo aumentou o investimento em educação de 2003 para 2016, tanto de forma proporcional como de forma bruta. Porém, há várias ponderações que devemos fazer sobre o tema.

O Brasil partiu de 1,51% do orçamento investido em educação em 2003 para 3,69% em 2016, sendo que o pico deste investimento foi em 2015, quando o investimento chegou a 3,89%. Em média, entre os anos supracitados o investimento dos governos petistas com as políticas educacionais foi 2,56%, sendo o pior ano o de 2005, quando o investimento não passou da casa de 1,3%. No período que pesquisamos, compreendido entre 2001 e 2018, o maior investimento em educação foi no primeiro ano do governo Temer, único ano que apresenta uma taxa maior que 4% (especificamente 4,09%) de investimento na área.

Em números percentuais, o investimento em educação, de 2003 a 2016, pela nova concepção de educação pública²⁴, teve um crescimento de 344,83%. Porém - sem entrar no mérito da discussão da qualidade da educação e dos programas para as universidades federais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (PLANALTO, 2007) - se retirarmos os programas de financiamento direto ao setor privado, sendo eles o Programa Universidade para Todos (Prouni) (BRASIL, 2005), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) (BRASIL, 2001), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (BRASIL, 2011) e o Programa Ciência sem Fronteiras (CSF) (BRASIL, 2011), o crescimento do orçamento na Educação é de 259,65%. Esta variação é muito próxima a dos encargos e juros da Dívida Pública, que saiu de 8,30% do orçamento em 2003 para 5,18% em 2016, tendo em 2015, chegado à 20,99%, que tendo uma variação total de 258,04%.

No emblemático ano de 2015, que teve o maior orçamento para a educação (3,89%) e também o maior orçamento para encargos e juros da Dívida (20,99%), a variação do orçamento total da educação (com os programas supracitados) foi 348,65%. Sem os programas foi de 252,03%. Já com os dados da Dívida, a variação foi de 342,58%.

Como citado, o gasto médio com educação, no orçamento da União, no período de 2003 a 2016, foi de 2,56%. Já o gasto médio com juros e encargos da Dívida, no mesmo período, foi de 12,91%.

²⁴ Dizemos nova concepção, pois com as políticas de financiamento, ou compra de vagas e as de isenções fiscais, se consolidou um conceito de educação pública, para as estatísticas oficiais, como sendo educação gratuita. Em 2014, o PNE 2014-2024 veio para ratificar essa concepção como já mencionado.

Esses números são apenas mais um demonstrativo de uma continuidade política dos governos petistas com a política instituída com Plano Real. Por mais que haja uma diferença no financiamento da educação, o centro da política é o rentismo (representado pela Dívida Pública), fazendo a área social, mesmo em seu melhor ano, não receber mais do que 4% de investimentos, sendo ainda boa parte deste dirigido ao emprego direto no setor privado, com 11,89% em média nos governos petistas - sendo 12,91% após a criação do Prouni (Prouni + Fies), em 2006; 19% após criação do Programa Ciência Sem Fronteiras (Fies, Prouni e CSF); e 24,51% após a criação do Pronatec (Fies, Pronatec, Prouni e CSF). Novamente o ano de 2015 se destaca, apresentando o investimento somado nestes programas chegando ao patamar de 27,71% do orçamento destinado à educação.

A seguir apresentamos um quadro comparativo entre os gastos da União com a educação e com juros e encargos da Dívida Pública no período que vai do ano de 2001 ao ano de 2018.

Quadro 3: Comparação entre os gastos da União com Educação e com Juros e Encargos da Dívida Pública

| Ano | Orçamento total da União | Orçamento da Educação | Orçamento Juros Dívida* | Percentual Educação | Percentual dos Juros e encargos* | Percentual da Educação em relação a Dívida* |
|------------|---------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|--|
| 2001 | 1.691.808.576.966 | 30.283.602.014 | 156.958.441.002 | 1,79 | 9,28% | 19,29 |
| 2002 | 1.753.108.460.580 | 33.030.955.495 | 164.408.004.458 | 1,88 | 9,38% | 20,09 |
| 2003 | 1.981.651.727.231 | 29.943.558.930 | 164.621.606.281 | 1,51 | 8,31% | 18,19 |
| 2004 | 1.951.844.105.439 | 28.990.915.691 | 168.695.243.992 | 1,49 | 8,64% | 17,19 |
| 2005 | 2.205.160.605.510 | 28.736.261.370 | 141.663.822.779 | 1,30 | 6,42% | 20,28 |
| 2006 | 2.260.979.373.746 | 33.682.153.374 | 206.147.176.039 | 1,49 | 9,12% | 16,34 |
| 2007 | 2.233.913.419.204 | 37.989.476.937 | 358.018.161.677 | 1,70 | 16,03% | 10,61 |
| 2008 | 2.138.071.554.082 | 42.648.679.707 | 415.150.655.963 | 1,99 | 19,42% | 10,27 |
| 2009 | 2.288.652.397.062 | 52.752.872.565 | 248.734.347.599 | 2,30 | 10,87% | 21,21 |
| 2010 | 2.320.744.053.483 | 66.586.554.094 | 331.918.210.964 | 2,87 | 9,9% | 20,06 |
| 2011 | 2.420.330.272.890 | 72.033.410.674 | 382.214.152.277 | 2,98 | 15,79% | 18,85 |
| 2012 | 2.500.228.286.697 | 83.066.873.868 | 347.599.205.792 | 3,32 | 13,90% | 23,90 |
| 2013 | 2.449.525.399.273 | 90.115.586.085 | 340.286.820.483 | 3,68 | 13,89% | 26,48 |
| 2014 | 2.799.831.460.277 | 104.091.261.203 | 363.458.876.396 | 3,72 | 12,98% | 28,64 |
| 2015 | 2.685.813.024.990 | 104.399.439.831 | 563.970.689.345 | 3,89 | 21% | 18,51 |
| 2016 | 2.797.023.206.487 | 103.257.011.467 | 424.797.626.055 | 3,69 | 15,19% | 24,31 |
| 2017 | 2.615.639.829.487 | 106.926.237.060 | 391.192.720.989 | 4,09 | 14,96% | 27,33 |
| 2018 | 2.661.300.902.388 | 96.907.957.936 | 401.391.542.025 | 3,64 | 15,08% | 24,14 |

Legenda 1 - Arredondados em sua casa primeira decimal.

2 - Os números estão arredondados na sua segunda casa decimal.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Destacamos a última coluna do Quadro 3, a qual demonstra a porcentagem da educação com os gastos de juros e encargos da Dívida Pública. Esse valor só reforça nossa teoria sobre a continuidade das políticas do governo petista com a política de ajuste fiscal e transferência direta de valor do setor público para o setor privado.

No Quadro 4, apresentaremos os dados mais específicos da educação. Ressalvamos os dados do Pronatec, pois parte dos recursos do programa vai para instituições públicas, mas no ano de 2015, por exemplo, cerca de 90% dos recursos foram geridos pelo FNDE. Destes recursos, mais da metade do total do orçamento para o programa foi destinado para Sesc, Senac, Anhaguera Educacional LTDA. e Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá. Assim, enquadraremos os gastos com o Pronatec dentro da parte do orçamento público que vai para o setor privado, pois a maioria de seus recursos vai para instituições privadas.

Quadro 4: Comparação dos gastos dos programas educacionais

| Ano | Orçamento | CSF ²⁵ | Prouni | Fies | Pronatec | Total | Percentual da educação |
|------|-----------------|-------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|------------------------|
| 2003 | 29.943.558.930 | | | 1.776.471.720 | | 1.776.471.720 | 5,93% |
| 2004 | 28.990.915.691 | | | 1.638.772.641 | | 1.638.772.641 | 5,65% |
| 2005 | 28.736.261.370 | | 234.485.400 | 1.729.220.498 | | 1.963.705.898 | 6,83% |
| 2006 | 33.682.153.374 | | 455.230.409 | 1.926.802.211 | | 2.382.032.619 | 7,07% |
| 2007 | 37.989.476.937 | | 709.575.403 | 1.973.655.115 | | 2.683.230.517 | 7,06% |
| 2008 | 42.648.679.707 | | 835.877.049 | 2.250.688.927 | | 3.086.565.976 | 7,24% |
| 2009 | 52.752.872.565 | | 973.910.193 | 2.545.874.871 | | 3.519.785.064 | 6,67% |
| 2010 | 66.586.554.094 | | 1.010.222.022 | 3.014.070.328 | | 4.024.292.350 | 6,04% |
| 2011 | 72.033.410.674 | 115.100.458 | 925.114.844 | 4.041.891.102 | | 5.082.106.404 | 7,06% |
| 2012 | 83.066.873.868 | 795.803.277 | 1.179.103.680 | 5.246.228.119 | | 7.221.135.076 | 8,69% |
| 2013 | 90.115.586.085 | 2.197.901.662 | 1.547.838.181 | 9.486.476.068 | 4.248.467.279 | 17.480.683.190 | 19,40% |
| 2014 | 104.091.261.203 | 3.848.848.500 | 1.549.465.098 | 16.589.476.919 | 5.541.059.688 | 27.528.850.205 | 26,45% |
| 2015 | 104.399.439.831 | 5.405.430.617 | 1.489.842.972 | 18.574.535.299 | 3.461.708.308 | 28.931.517.196 | 27,71% |
| 2016 | 103.257.011.467 | 1.628.568.873 | 1.446.276.071 | 20.771.713.823 | 1.660.164.009 | 25.506.722.776 | 24,70% |
| 2017 | 106.926.237.060 | ** | *** | 22.122.031.818 | 333.604.053 | 22.709.346.527 | 21,24% |
| 2018 | 96.907.957.936 | ** | *** | 13.036.901.615 | 119.353.856 | 13.156.255.471 | 13,58% |

Legenda:

** Programa terminou.

*** Dados indisponíveis no sistema SIGA Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

²⁵ Os dados do programa Ciências Sem Fronteiras são referentes ao portal transparência e atualizados pelo IPCA – IBGE.

3.4 FUNDOS EDUCACIONAIS

O Brasil conta com dois grandes fundos de investimento à Educação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ambos têm funções muito distintas. O Fundeb está vinculado, constitucionalmente, pelo artigo 212 ao orçamento dos repasses dos Estados para a União. Na verdade, ele se configura como 26 fundos estaduais e um fundo distrital, e tem por objetivo suprir uma carência financeira na Educação Básica. Já o FNDE é um grande gerente de fundos e verbas das políticas educacionais, inclusive do Fundeb.

Segundo o portal do FNDE (BRASIL, FNDE História, n.p.), o fundo é uma “autarquia federal [...] responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação” e continua:

Além de inovar o modelo de compras governamentais, os diversos projetos e programas em execução – Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – fazem do FNDE uma instituição de referência na Educação Brasileira. (BRASIL, FNDE História, n.p.)

Com relação aos fundos, concordamos com a posição de Davies (2006) sobre as grandes fragilidades destes²⁶ que são a fragmentação da educação em etapas, negando o caráter totalizante da formação humana. Destacamos aqui a parte da crítica sobre o tema que mais cabe ao nosso trabalho:

Uma fragilidade adicional de fundos formados por impostos é que, pelo menos no âmbito federal, a proporção deles na receita global vem caindo em favor das contribuições (a CPMF é o exemplo mais recente), as quais não entram na base de cálculo dos recursos federais vinculados à MDE e tampouco são transferidas aos estados, Distrito Federal e municípios. (DAVIES, 2006, p. 755)

É importante perceber como a referência na vinculação de impostos gera, na prática, um teto e não um piso de investimentos na Educação. As vinculações dos fundos, como no caso do Fundeb, sucessor do Fundef²⁷, a uma etapa específica pode gerar uma iniquidade salarial para as diferentes etapas da educação.

Em suma, demonstramos neste capítulo a continuidade na política econômica dos

²⁶ Para compreender melhor os fundos, em especial o Fundeb, recomendamos o trabalho de Davies “Fundeb: a redenção da educação Básica?” (2006).

²⁷ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

governos petistas em relação ao projeto neoliberal aplicado em nosso país. A narrativa de que “os governos PT fizeram uma verdadeira revolução na educação do Brasil” (LULA, 2018, n.p.) é falaciosa. Por mais que tenha havido um aumento real no orçamento, a maior parte da vinculação deste aumento não foi destinada para o sistema público de educação, mas para o setor privado (CHAVES, REIS; GUIMARÃES, 2018). A transferência direta de valor do orçamento da União para os grandes grupos educacionais é o grande ponto desta mudança.

Em paralelo a este ponto, há a consolidação de um projeto de educação, que foi concebido nos anos 1980, e com ampla interferência em todas as etapas da educação, a pedagogia das competências na educação básica, a profissionalização e tecnização no ensino médio e superior demonstram esse novo processo.

A educação não foi transformada apenas em um serviço - explorado cada vez mais pela burguesia, com seus grandes grupos educacionais - ela também foi moldada para servir aos interesses do próprio capital, tanto no Ensino Superior (LEHER, 2015), quanto na Educação Básica e Média (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007; RAMOS, 2011; ANDRADE; GAWWEYSZEWSKI, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as políticas de financiamento da Dívida Pública e da educação nos anos dos governos de Lula e Dilma, com o objetivo de identificar os impactos do sistema da Dívida no orçamento da União e a priorização do rentismo financeiro em detrimento da educação. Para isso, demonstramos, através do estudo dos recursos do orçamento da União, as distribuições financeiras para as prioridades políticas dos governos petistas.

A distribuição do orçamento, como falamos, é fruto de uma série de prioridades políticas. É a aplicação concreta de um programa, não só econômico, mas totalizante, no que diz respeito às propostas concretas de uma visão de mundo para sociedade. Ele parte da correlação de forças, priorizando as classes que conseguirem ter maior força social.

No caso dos governos petistas, este programa ficou evidente. Nosso estudo analisou as prioridades da política econômica neste período. Apenas no prisma do pagamento dos juros, que são os rendimentos de um empréstimo, e encargos, Lula e Dilma privilegiaram em mais de cinco vezes os bancos em relação à educação. A educação teve, em média, 19,63% do equivalente aos valores transferidos para os pagamentos de encargos e juros da dívida pública. Esta política é a continuidade e aprofundamento de um longo processo histórico que parece não ter fim. Fernando Henrique Cardoso teve números muito semelhantes, Temer também.

Este processo foi fruto de um projeto do imperialismo estadunidense. No Brasil, a síntese do processo político que iniciou com o golpe empresarial-militar de 1964, serviu para suprimir o projeto desenvolvimentista da burguesia nacional, e, após a consolidação desta dominação, surgiu como o modelo neoliberal. Importante frisar que não foi um projeto exclusivo no Brasil, houve o domínio, com o uso da força, de todos os países do Cone Sul e, após isso, o desenvolvimento em maior ou menor grau deste projeto.

Em nosso país, a consolidação deste processo se deu, no campo da economia, com o Plano Real (BRASIL, 1994) e no campo da política, com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Destacamos o apassivamento (IASI, 2013) e a cooptação da classe trabalhadora, executado, principalmente, nos governos de Lula e Dilma. Reconhecemos que este processo de apassivamento e cooptação não começou nos governos petistas, o próprio mecanismo dos fundos de pensão na dívida pública (AVILA, 2017), iniciados nos anos de FHC fazem parte deste processo. Porém, a subida de um partido de caráter popular à chefia do executivo consolidou este programa.

De forma geral, nos anos dos governos de Lula e Dilma, os investimentos em

educação foram de 2,57% do total do orçamento, enquanto o gasto médio com os encargos e juros da Dívida atingiu o patamar de 12,92%. Neste período, para garantir esta acumulação através da dívida, os governos petistas garantiram o tripé macroeconômico, impondo um ajuste permanente aos direitos sociais. Além de outras questões, foram duas reformas da previdência, terceirizações em massa, mudanças em legislações prejudicando os trabalhadores.

Paralelo a isso, fizeram políticas de melhorias sociais. Porém, nunca na mesma proporção. Todos os Bancos, durante os governos petistas, tiveram recordes de lucros. Enquanto a renda dos trabalhadores teve um aumento ínfimo. Por mais que a renda tenha aumentado, a desigualdade social chegou a níveis alarmantes. Isso se deu, em partes, porque o foco das políticas sociais foram programas de crédito. Quase dois terços das famílias brasileiras estão nesse momento endividadas. Os juros superam em mais de 60 vezes o aumento real dos salários dos brasileiros.

Na educação estas políticas não ficaram de fora. O pouco crescimento de investimento para a educação foi acompanhado de uma mudança na prioridade da distribuição interna destes recursos. A partir de 2014, com o novo PNE, foi consolidada a ideia de que educação pública é educação gratuita. Isso só intensificou um processo que vem ocorrendo, desde FHC, o repasse direto de recursos para os grupos educacionais²⁸. Os repasses diretos superaram um quarto dos recursos para a educação, isso só focado em políticas no ensino superior. Enquanto o crescimento geral dos recursos na educação, entre 2003 e 2016, foi de 348%, com seu pico em 2015, o crescimento das políticas específicas de transferências direta de valor (Prouni, Fies, Pronatec e CSF) foi de 1.628,59%, entre o começo dos programas e o ano de maior investimento, o que demonstra uma diferença de mais de 450% de priorização.

Concomitantemente foi intensificada uma dominação maior da burguesia brasileira nos projetos de formação da força de trabalho. O Pronatec e o Programa Ciência Sem Fronteiras são dois exemplos disso para a Educação Superior e Profissional. Na Educação Básica e no Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e o Novo Ensino Médio (NEM) (BRASIL, 2017).

E assim a burguesia que lucra com a exploração dos trabalhadores, tem lucro com a Dívida Pública, ainda ganha com a transferência direta para os grupos educacionais e, por fim, modela a força de trabalho às suas necessidades com o comando direto dos currículos

²⁸ Recomendamos a leitura da matéria da Agência Pública “Planos para a educação devem enfraquecer professores e beneficiar negócios de Guedes”, há nesta matéria um ótimo panorama sobre como está se portando os grandes conglomerados educacionais. Disponível em: <https://apublica.org/2018/12/planos-para-a-educacao-devem-enfraquecer-professores-e-beneficiar-negocios-de-guedes/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

da educação brasileira.

A Pátria Educadora, grande consigna do fim da era do Partido dos Trabalhadores, se apresentou como sinônimo de um novo patamar na educação, mas não positivo para os trabalhadores, e sim para os grandes grupos empresariais e investidores que consolidaram uma nova forma exploração da classe trabalhadora.

Os banqueiros nunca lucraram tanto e a educação, com professores desvalorizados, com escolas carentes de infraestrutura e com projetos alheios aos interesses públicos, foi tratada como uma mercadoria a serviço do capital.

Há mais alguns fatos importantes que foram constatados nesse período. No projeto educacional, houve uma maior implementação do ideário neoliberal. Tanto no ponto de vista econômico, como falamos nestes parágrafos acima, como no ponto de vista ideológico. Os governos petistas institucionalizaram mais com mais força a “pedagogia das competências” (RAMOS, 2011), projeto de adequação da força de trabalho as novas necessidades do capital, como assumiram a agenda, tanto do ponto de vista das políticas de governo, como de Estado, dos Organismos multilaterais, com a incorporação completa do programa Todos pela Educação, tanto no PNE quanto em outros documentos, como o caso do Brasil 2022.

A era Temer levou a outro nível de intensificação deste processo. A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita garantem que a exploração dos trabalhadores chegará a um novo patamar. Além disso, a consolidação da supremacia rentista, que força ainda mais o Brasil a uma posição de exportação de matérias primas, foi garantida na constituição. A EC95 (BRASIL, 2016) congela todos os investimentos sociais para os próximos 20 anos, porém garante o superávit para o pagamento da dívida. É a petrificação constitucional do que já era “crime de responsabilidade”.

O caso do governo Bolsonaro se mostra, unicamente, para acentuar esta dominação. A proposta é uma diminuição maior das políticas sociais e de evoluir ainda mais o papel da radical liberalização do Estado brasileiro. A reforma da previdência, que garante mais tempo de trabalho, mais dinheiro para a Dívida – tanto com a gestão dos fundos de pensão, quanto com o aumento da contribuição dos trabalhadores – e a futura reforma administrativa, que deve enxugar ainda mais o papel do Estado, serão as grandes cartas da burguesia para um novo salto no padrão de acumulação em nosso país.

Apesar dos ataques que sofre a classe trabalhadora, há resistência. Ela é o fruto contraditório desse próprio processo. Porém, a luta para tirar os trabalhadores deste processo imposto pelas políticas neoliberais é grande. A inércia imposta pelo cooptação dos instrumentos de luta tem que ser superada. Assim, vale o destaque ao grande papel que a

Auditoria Cidadã da Dívida tem cumprido. Não só divulgando os dados, mas fazendo uma militância intensa para combater o sistema da dívida. Este trabalho, também objetivou fazer uma contribuição na elucidação destes dados e na identificação da supremacia rentista em nosso país.

E este trabalho é fruto desse processo. É fundamental que consigamos superar o sistema da Dívida, imposto a nós, com o plano real e aprofundado nos governos petistas. É papel de a teoria desmascarar as farsas políticas e ajudar a preparar melhor o “terreno” da luta de classes, mesmo sabendo que a Dívida e o rentismo não são os únicos inimigos, mas braços importantes para a burguesia conseguir dominar uma das maiores economias do mundo e implementar um projeto que só prejudica os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Percentual de famílias endividadas sobe de 59% para 62,2%**. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 05 jan. de 2018 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/percentual-de-familias-endividadas-sobe-de-59-para-622>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; GAWRYSZEWSKI, Bruno. Desventuras da educação brasileira e as ‘reformas’ atuais: educar para a produtividade do trabalho. **EccoS**: revista científica, São Paulo, n. 47, p. 105-125, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AVILA, Rodrigo. **Mentiras e Verdades sobre a reforma da previdência – Parte 3** Auditoria Cidadã da Dívida, 20 de julho, 2017. Disponível em: <https://auditoriacidad.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

AZEVEDO, Tiago Mateus de. **Pacto de classes no plano real**. 2014. 79 f. TCC (Graduação- Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124746/Monografia%20do%20Tiago%20Mateus%20de%20Azevedo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BANCO CENTRAL. **Taxa Selic**. Brasília, Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **b Histórico das taxas de juros**. Brasília, Disponível em <https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2F Pec%2FCopom%2FPort%2FtaxaSelic.asp>. Acesso: 20 jan. de 2019.

_____. **c Cotações e boletins**. Brasília, Disponível em <https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww4.bcb.gov.br%2Fpec%2Ftaxas%2Fport%2Fptaxnpesq.asp%3Fid%3Dtxcotacao>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2010-Regime%20de%20Metas%20para%20a%20Infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso: 20 jan. 2019.

BBC. **De aprovação recorde ao impeachment**: relembre os principais momentos do governo Dilma. BBC. Brasil, 29 ago. de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BONIN, Robson. **Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope**. Globo. Brasília, 16 dez. de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acesso em: 20 jan. de 2019.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, SP: Boitempo: 2012.

BRASIL, **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Ato das disposições constitucionais transitórias**. Brasília, 1988 Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei 8880/94** Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8880.htm#art2 Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei de diretrizes e Bases da educação**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [s.d.] Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei 9424/98** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm . Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei 9637/98** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. [s.d.] Brasília 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9637.htm. Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei 3088/99** Estabelece a sistemática de “metas para a inflação” como diretriz para fixação do regime de política monetária e dá outras providências. Brasília 1999 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3088.htm. Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei de responsabilidade Fiscal**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília 2000, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Lei 10260/01** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília 2001 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso: 20 jan. 2019.

_____**Política Econômica e Reformas Estruturais**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda. 2003. Disponível em http://www.fedesp.org.br/superior/politica_econ_ref_estrut.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____**Lei 11096/05** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____ **Lei 11494/07** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____ **Brasil 2022 / Secretaria de Assuntos Estratégicos.** – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010.

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento - MTO. Edição 2018. Brasília, 2017. 166 p. Disponível em <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php> Acesso em: 20 jan. 2019.

_____ **Lei acesso à informação.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso: 20 jan. 2019.

_____ **Lei 12513/11** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____ **Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (PNE)** Brasília 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____ **Emenda constitucional 95.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. [s.d.] Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____ **Lei 13415/17** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso: 20 jan. 2019.

Portaria N° 331, de 5 de abril de 2018 Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Brasília 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA331DE5DEABRILDE2018.pdf>. Acesso: 20 jan. 2019.

Portal transparência. [s.d.] Brasília. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo/>. Acesso: 20 jan. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. História. [s.d.] Brasília. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso: 20 jan. 2019.

CÂMARA FEDERAL, **Instrumentos de Planejamento e Orçamento** [s.d.] Brasília. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>. Acesso: 20 jan. de 2019.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva **As políticas sócias nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/51/514a6740-1dd0-41f4-816c-dab246355b89.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CASTELO, Rodrigo **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica.** Brasília, Andes, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/view>. Acesso em: 20 jan. de 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. **Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil.** Maringá, Acta Scientiarum, 2018. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/download/37668/21760>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTAS, Ruth. **O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais.** BBC. São Paulo, 13 mai. de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHIAVERINI, Tomás. **Planos para a educação devem enfraquecer professores e beneficiar negócios de Guedes.** Agência Pública, São Paulo, 12 dez. de 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/12/planos-para-a-educacao-devem-enfraquecer-professores-e-beneficiar-negocios-de-guedes/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DAVIES, Nicholas. **Fundeb: a redenção da educação básica?** Campinas, 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a07v2796.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **Professor: protagonista e obstáculo da reforma**, São Paulo, Educação e Pesquisa, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n3/a10v33n3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada**. Revista Contemporânea de Educação 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/viewFile/2730/2297> Acesso em: 20 jan. 2019.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **“Auditoria Cidadã da Dívida: Uma Experiência Brasileira”** Caracas, 2006. Disponível em http://www.cadtm.org/IMG/pdf/Maria_lucia.pdf. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Dívida Pública, Orçamento e Gastos - Prof.ª. Dra. Maria Lúcia Fattorelli, 2012**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ChmYfkVDFSU> Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Explicação sobre o gráfico do orçamento elaborado pela auditoria cidadã da dívida**. 2016. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/explicacao> Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Você está sendo roubado pela PEC 241**. Auditoria Cidadã da Dívida, 18 de outubro, 2016. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/voce-esta-sendo-roubado-pela-pec-241>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006 504p Disponível em: https://interpretacoedobrasil.files.wordpress.com/2016/08/fernandes_a-revoluc3a7c3a3o-burguesa-no-brasil-ed-globo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Lei trabalhista tem que se aproximar da informalidade, diz Bolsonaro**, Folha de São Paulo. Brasília. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/lei-trabalhista-tem-que-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso: 20 jan. 2019.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1972.

_____ **Brasil:** a construção interrompida. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

G1. **Bolsonaro assina decreto que fixa salário mínimo em R\$ 998 em 2019.** G1. Brasília, 01 jan. de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/01/bolsonaro-assina-decreto-que-fixa-salario-minimo-em-r-998-em-2019.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____ PF realiza 2ª fase da operação Greenfield, que investiga fraudes em fundos de pensão. G1 São Paulo, 08 mar. de 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/pf-realiza-2-fase-da-operacao-greenfield-que-investiga-fraudes-em-fundos-de-pensao.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GIMENES, Ítalo. **Estudo do IBGE mostra que a idade de aposentadoria é maior que a expectativa de vida.** Esquerda Diário, 8 dez. de 2017. Disponível em:

<http://www.esquerdadiario.com.br/Estudo-do-IBGE-mostra-que-a-idade-de-aposentadoria-e-maior-que-a-expectativa-de-vida>. Acesso em: 20 jan. 2019.

IASI, Mauro Luis. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora.** 2013. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/4487/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA Série histórica** [s.d.] Brasília. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/bab1a68d868d93dd229872c6f82945dd.xlsx. Acesso: 20 jan. 2019.

_____ **IPCA sobe 0,44% em dezembro e fecha 2017 em 2,95%.** [s.d.] Brasília.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/19447-ipca-sobe-0-44-em-dezembro-e-fecha-2017-em-2-95>
Acesso: 20 jan. 2019.

_____ **IPCA varia 0,15% em dezembro e fecha 2018 em 3,75%.** [s.d.] Brasília.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23558-ipca-varia-0-15-em-dezembro-e-fecha-2018-em-3-75>
Acesso: 20 jan. 2019.

LEHER, Roberto. **Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade.** Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-de-roberto-leher-para-o-gt11.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao povo brasileiro.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002. Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em 20 jan. 2019.

_____ **Os governos do PT fizeram uma verdadeira revolução na educação do Brasil.**

2018 Disponível em: <https://lula.com.br/os-governos-do-pt-fizeram-uma-verdadeira-revolucao-na-educacao-do-brasil/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARTEELLO, Alexandro. **Paulo Guedes: Previdência, privatizações e simplificação de tributos são 'pilares da nova gestão'**. G1. Brasília, 02 jan. de 2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/02/em-cerimonia-ministro-da-economia-paulo-guedes-assume-o-cargo.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARTINS, André Silva. **“Todos pela educação”**: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-4799-int.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**: seguido de Gotha: comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão. São Paulo: L&PM Pocket, 2001.

MONTES, Rocío. **Modelo pioneiro de previdência privada adotado no Chile enfrenta crise**. El país, 18 fev. de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/17/internacional/1484673838_832258.html. Acesso em: 20 jan. 2019.

NOVO, Aguinaldo. **Na era Lula bancos tiveram lucro recorde de 199 bilhões**. Globo. São Paulo, 25 fev. de 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232>. Acesso em: 20 jan. 2019.

OLIVEIRA, Kelly. **Juros do cartão de crédito rotativo estão mais altos**. Agência Brasil. Brasília, 04 ago. de 2018 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/juros-do-cartao-de-credito-rotativo-estao-mais-altos>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Programa de governo de 2002**. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-quefazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>. Acesso em 20 jan. 2019.

PERES, Jean de Jesus, O circuito fechado do endividamento: debate econômico e evolução da Dívida Pública Brasileira entre 2000 e 2015. Campinas, SP: [s.n.].

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPIELLI, Waldir José (orgs.). **O fio da navalha**: críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

PLANALTO. **DECRETO Nº 5.493/ 2005** Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **DECRETO Nº 6.096/2007** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **DECRETO Nº 7642/2011** Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das Competências**. 200- [s. l.]. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RODA VIVA Armínio Fraga no Roda Viva. Coordenação de Paulo Markun. 1999. Son., P&B. Transcrição disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/imprimir.php?id=761>. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y0JYGo0_tMQ>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica**. São Luís. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2681/700>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SAMPAIO JR., Plinio Soares de Arruda. **A economia do “VAMOS”! - A armadilha do plano real e o círculo vicioso do subdesenvolvimento**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://pliniojr.com.br/2018/02/02/a-economia-do-vamos-a-armadilha-do-plano-real-e-o-circulo-vicioso-do-subdesenvolvimento/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **b Não Pagamento da Dívida Pública – o debate interditado**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2018/09/14/nao-pagamento-da-divida-publica-o-debate-interditado/> Acesso em: 20 jan. 2019.

SENADO FEDERAL, **SIGA BRASIL**. [s.d.] Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Sancionada lei que altera regras para remanejar Orçamento**. [s.d.] Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/sancionada-lei-que-altera-regras-para-remanejar-orcamento>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **SIGA BRASIL**, Paineis Especialistas. [s.d.] Brasília. Disponível em: <http://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelEspecialista.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Estudo especial as operações compromissadas do banco central**. Brasília. out. de 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533520/Estudo_OpCompromissadas.pdf. Acesso: 20 jan. 2019.

SIMÃO, Edna. **Aposentados do Legislativo, MP e Judiciário ganham mais que ativos**. Valor Econômico, 4 jun. de 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5567163/aposentados-do-legislativo-mp-e-judiciario-ganham-mais-que-ativos>. Acesso em: 20 jan. 2019.

TESOURO. **Relatório Anual da Dívida**. Brasília. Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gestao-da-divida-publica-federal?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=227368&_101_type=content&_101_urlTitle=relatorio-anual-da-divida. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Relatório Mensal da Dívida**. Brasília. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-mensal-da-d-9>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **SIAFI**. Brasília. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/execucao-orcamentaria>. Acesso: 20 jan. 2019.

_____. **Execução Orçamentária** Brasília. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/execucao-orcamentaria>. Acesso: 20 jan. 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Missão, objetivos e princípios. s/d. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao>. Acesso: 20 jan. 2019.

UOL. **Banco lucra quase o triplo no governo Lula em relação a FHC, diz consultoria**. São Paulo, UOL, 28 fev. de 2011. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/02/28/banco-lucra-quase-o-triplo-no-governo-lula-em-relacao-a-fhc-diz-consultoria.htm>. Acesso: 20 jan. 2019.